

**PANORAMA DA  
ORGANIZAÇÃO DO MST POR  
MEIO DE MATERIAIS  
FORMATIVOS:  
REFLEXÕES À PRÁXIS DA  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
CRÍTICA**

*OVERVIEW OF THE MST  
ORGANIZATION THROUGH  
FORMATIVE MATERIALS:  
REFLECTIONS TO THE  
PRAXIS OF CRITICAL  
ENVIRONMENTAL  
EDUCATION*

*VISIÓN GENERAL DE LA  
ORGANIZACIÓN DEL MST  
POR MEDIO DE MATERIALES  
FORMATIVOS:  
REFLEXIONES A LA PRAXIS  
DE LA EDUCACIÓN  
AMBIENTAL CRÍTICA*

**RODRIGO DA COSTA CAETANO**  
Professor Associado da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro (UENF)  
E-mail: profrodrigo@uenf.br

**Resumo:**

Os movimentos sociais rurais desenvolvem seus próprios caminhos na preparação dos sujeitos para a ação, dentre os quais o mais conhecido é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A organização das atividades coletivas no referido movimento passa pela formação com materiais significativos aos seus propósitos. A partir do debate em torno da temática e da investigação de parte dessa produção do MST, com identificação e análise das metodologias formativas pertinentes, objetivamos realizar reflexões à práxis que envolve a Educação Ambiental Crítica. No percurso utilizado prepondera o método dialético, a abordagem qualitativa, e o procedimento da revisão bibliográfica, contando com importantes referências da academia e da militância. Como resultado, há convergências nos processos pedagógicos nos remetendo à possibilidade de diálogo com complementaridades, bem como à essência da Educação Popular.

**Palavras-chave:** Movimento Social; Educação Popular; Materiais Formativos.

**Abstract:**

The rural social movements develop their own paths in the preparation of the subjects for action, among which the best known is the Landless Rural Workers Movement (MST). The organization of collective activities in this movement involves formation with materials that are meaningful to its purposes. Starting from the debate around the theme and the research on the part of the production of MST, with the identification and analysis of the relevant training methodologies, we aim to make reflections on the praxis that surrounds Critical Environmental Education. In the course used preponderates the dialectical method, a qualitative approach, and the bibliographic review procedure, based on important references from the academy and the militancy. As a result, there are convergences in the pedagogical processes, referring to the possibility of dialogue with complementarities, as well as the essence of Popular Education.

**Keywords:** Social Movement; Popular Education; Formative Materials.

**Resumen:**

Los movimientos sociales rurales desarrollan formas propias en la preparación de sujetos de acción, entre los cuales el más conocido es el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). La organización de actividades colectivas en el mencionado movimiento implica la formación con materiales significativos para sus fines. A partir del debate en torno a la temática y la investigación de parte de esta producción del MST, con la identificación y análisis de las metodologías de formación pertinentes, pretendemos reflexionar sobre la praxis que envuelve la Educación Ambiental Crítica. En la ruta utilizada predomina el método dialéctico, el enfoque cualitativo y el procedimiento de revisión bibliográfica, con importantes referencias de la academia y la militancia. Como resultado, existen convergencias en los procesos pedagógicos, remitiéndonos a la posibilidad de diálogo con complementariedades, así como la esencia de la Educación Popular.

**Palabras-clave:** Movimiento social; Educación Popular; Materiales de Formación.

**Introdução**

Grande parte dos direitos sociais conquistados no Brasil advém das lutas dos sindicatos de trabalhadores e dos movimentos sociais, dentre outros agentes protagonistas. A redemocratização e a Carta de 1988 são construções políticas impulsionadas pela pressão popular. Naqueles tempos não tínhamos a Internet e as redes sociais tecnológicas, todavia a sociedade civil organizava-se em busca de novos horizontes a partir da luta política e a Educação Popular, que para Brandão (2012, p. 98) se relaciona a vivenciar o saber e compartilhar o poder, teve um papel fundamental na formação de homens e mulheres.

Este artigo está voltado, sobretudo, para a organização do trabalho coletivo por meio das metodologias de formação desenvolvidas estrategicamente pelo mais expressivo movimento social rural do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo se justifica pela potência reflexiva que proporciona, pois em meio à significativa condição de vulnerabilidade de acampados(as) e assentados(as) da Reforma Agrária a organicidade é construída com conhecimento no movimento, elucidando caminhos e deslindando aprendizagens aos ensejos da Educação Ambiental Crítica (EAC). Assim, buscaremos incorporar conhecimentos ao processo pedagógico do Projeto de Educação Ambiental “Territórios do Petróleo<sup>1</sup>” (PEA-TP), visando ao

---

1 “Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama”. (Texto padrão às publicações do PEA-TP).

debate intelectual e em prol do exercício da vigília cidadã na chamada Bacia de Campos - RJ<sup>2</sup>.

A Educação Ambiental (EA), pelo viés pedagógico, “[...] questiona as pertencas disciplinares e os territórios de saber/poder já estabilizados” (CARVALHO, 2012, p. 55). A EA, segundo Loureiro (2012, p. 59), “[...] atua com base no princípio da responsabilidade com o outro, do escrúpulo, do bom senso e não no plano da imposição, da normatização e da culpabilização individual [...]”. Conforme nos ensinam Leroy e Pacheco (2011, p. 68 e 69):

A verdadeira educação ambiental deve ter como preocupação proteger não só as águas, o ar, as florestas, a flora e a fauna, mas, também, os homens e as mulheres que, muitas vezes exatamente por reunirem todas as características que os tornam mais suscetíveis à injustiça ambiental [...] tornam-se, ao mesmo tempo, vítimas e algozes de seu entorno.

Ressaltamos que a EAC se difere de outras vertentes<sup>3</sup>, principalmente da “Educação Ambiental Tradicional” denominada comportamental, visto que geralmente deixa escapar a totalidade e a complexidade ambiental, nos remetendo a um título homônimo de obra coordenada por Leff (2003), que considera a EA como processo dialógico em que aprendemos e ensinamos, com reapropriação, apreensão e transformação do conhecimento. Como costumamos mencionar no PEA-TP, somos sujeitos da ação educativa, na

---

2 São contemplados pelo PEA-TP os seguintes municípios: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras (Região das Baixadas Litorâneas); Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra (Região Norte Fluminense).

3 Sauv  (2005) apresenta várias correntes da educa o ambiental, a saber: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, moral/ tica, holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeduca o e da sustentabilidade.

perspectiva da tônica transformadora da Educação Popular, do reconhecimento de outros saberes e das suas metodologias inclusivas.

Para além da análise da literatura pertinente enquanto procedimento da revisão bibliográfica, na qual contamos com relevantes referências acadêmicas e militantes, preponderando o método dialético e a abordagem qualitativa ao longo do percurso metodológico, investigamos materiais formativos do MST que tivemos acesso (a circulação deles é eminentemente interna), principalmente a partir do contato com seus membros, a exemplo do assentamento da Reforma Agrária Zumbi dos Palmares-RJ. Inspirados em Bardin (2016), após interpretação prévia dos materiais do MST, a realização da “leitura flutuante” (p. 68) e a identificação das categorias relacionadas à organização, selecionamos e analisamos conteúdos para reflexão e algumas incorporações textuais explicativas, chegando a 9 publicações, tais como Normas e Princípios, Boletim, Caderno de Formação, e fazendo alusão a 11 textos como referências. No processo de revisão foram inseridas contribuições de mais duas publicações disponíveis no site do MST, a saber: Cadernos de Agroecologia, Vol. 1 e 2.

Nesse sentido, a compreensão das estratégias à organização do MST presentes em alguns dos seus diferentes/específicos materiais de formação propiciarão reflexões contínuas sobre a práxis na Educação Ambiental Crítica, nosso objetivo geral. Como resultado vindouro, esperamos levantar/aventar contribuições às práticas pedagógicas junto aos sujeitos da ação educativa, a partir de ensinamentos acerca da

sinergia da organicidade de coletividades e ao trabalho com as comunidades rurais.

Para Fernandes (2000, p. 80) “uma importante condição para o avanço da luta pela terra é a *organicidade* dos movimentos sociais”, representada pela interação das atividades e pelo acúmulo de forças. O movimento social constrói espaço pela ação política e o transforma em território pela conflitualidade (FERNANDES, 2005).

Conforme Fernandes (2005, p. 279) aponta, “as formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço”. Assim, os movimentos sociais têm no espaço geográfico um campo aberto, horizontes, da ocupação territorial à produção do próprio espaço pedagógico ou formativo para atuação no território e na “multiterritorialidade contemporânea”, debatida por Haesbaert (2007, p. 37) como “[...] possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades”.

Começaremos, então, por uma breve seção referente aos movimentos sociais rurais, majoritariamente acerca do MST para contextualização, porquanto suas lideranças e coordenações elaboram mecanismos de sensibilização, mobilização e organização popular em nível nacional que precisam ser estudados. Na sequência apresentaremos os conteúdos e/ou temas mais significativos presentes nos materiais formativos do MST selecionados, expressando orientações/diretrizes e/ou normas/princípios organizativos, representando articulações de coordenações e convenções no que tange às múltiplas escalas e dimensões da luta por transformações na sociedade, o que também

os precursores da EA na origem manifestaram com seus engajamentos.

### **Os Movimentos Sociais Rurais e o MST em linhas gerais**

Os movimentos sociais geralmente têm propósitos que compõem a luta para a própria ação. Neles podemos encontrar as bases metodológicas para a operacionalização da dinâmica dos trabalhos e o nascimento da estruturação organizacional de cada movimento. Ao longo do tempo, esses movimentos se apresentam com formas e estratégias específicas, normalmente com críticas contundentes ao capitalismo e ao modelo inerente de desenvolvimento para a sociedade e ao ambiente, tanto no campo quanto na cidade. Para Souza (2019, p. 92) o capitalismo “[...] agride modos de vida e identidades sócio-espaciais, ao restringir ou inviabilizar usos da terra e formas de economia [...]”. Como consequência da territorialização do grande capital no meio rural temos o imbróglio da Reforma Agrária no país.

Tendo em vista o impasse da questão agrária brasileira, os movimentos sociais rurais traçam objetivos contra-hegemônicos e se projetam visando à representatividade efetiva no cenário das lutas populares, proporcionalmente combatível à “bancada ruralista”.

Um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária é a luta contra o latifúndio enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 26).

À militância em prol da democratização do uso da terra enquanto condição ao cumprimento de sua função social

(Constitucional), os movimentos sociais rurais geralmente se fundamentam nos clássicos da pedagogia socialista<sup>4</sup>, convergindo aos paradigmas da Educação Popular numa perspectiva freireana, que envolve “[...] mobilização, organização e capacitação das classes populares [...]” (FREIRE; NOGUEIRA, 2014<sup>5</sup>, p. 33).

Para Pistrak (2018), ideólogo ressaltado por parte dos movimentos sociais rurais pela concepção pedagógica pautada no trabalho, a auto-organização deve ser despertada desde a escola para resolver problemas, seguindo um método no qual o professor exerce a mediação e não o protagonismo, promovendo a possibilidade de articulação de forças e habilidades em equipe.

Chayanov (2014) considera bastante as vantagens do modelo de exploração familiar do trabalho camponês. A alusão ao camponês ou à terminologia de campesinato é realizada pelos símbolos correlacionados. Para além da organização da família camponesa ao trabalho na produção agrícola, o conceito de campesinato no Brasil e na América Latina também tem outra conotação — mais intensa ou contundente, principalmente quando vinculado às lutas e às diferentes formas de resistência dos movimentos sociais rurais, dentre os quais o MST.

Grzybowski (1987), desde a década de 1980 já mencionava a diversidade desses movimentos, as contradições inerentes, as escalas espaciais, o papel da “Igreja Popular” (p. 64) como expressão política e a fragmentação de energia. Afirma que o MST tem “[...] maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela

---

4 Temos os exemplos de autores como Moisey Mikhaylovick Pistrak e Nadejda Konstantínovna Krúpskaia.

5 Livro com diálogo entre Adriano Nogueira e Paulo Freire, que no trecho citado está explicando o que entende por Educação Popular.

terra [...]” (p. 22), bem como serem indiscutíveis a organização e a capacidade de intervenção do movimento. Mais recentemente nos releva Bauer (2016, p. 163):

A emergência do MST como sujeito coletivo e impulsionador dos movimentos que procuram mudanças substanciais no país não é capaz de esconder, ou, pelo menos, camuflar a heterogeneidade política e social que se faz presente na base do movimento.

As contradições são inerentes aos próprios sujeitos e proporcionalmente existem nas coletividades ampliadas. O que importa é saber como enfrentar as contradições em meio às lutas.

O MST vem mantendo uma criativa capacidade de organização nacional dessas lutas o que implica, sempre, unificar temporalidades distintas e, com frequência, tensões e contradições se manifestam. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 27).

O foco da resistência não deve ser corrompido frente ao propósito do embate às forças do capital. Muito pelo contrário, tanto a coesão quanto a organização são estratégicas diante do cenário concentrador e, conseqüentemente, excludente para a classe trabalhadora no campo. Além disso, vivemos o que algumas lideranças costumam denominar de “refluxos” (ainda que temporários) dos movimentos sociais.

Como nos ensina Souza (2013, p. 250), “as práticas espaciais insurgentes (e as práticas sociais em geral) remetem à ideia de *práxis* [...]”, compreendida enquanto ação política na essência. Diga-se de passagem, a *práxis* educativa tem o seu viés político (ou de politização) tanto na proposta pedagógica do MST quanto da EAC.

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. (LOUREIRO, 2011, p. 73).

Todavia, nos dedicaremos mais aos pressupostos e fundamentos organizativos no/do MST tendo como parâmetro a interface formativa/pedagógica registrada em variados materiais e colocada em prática ao longo da existência do movimento, o que coopera significativamente para a coordenação das suas atividades.

A denominada “Pedagogia do Movimento” (CALDART, 2012b) dá vazão à relação entre práxis e transformação, considerando-se a dialética e a luta social como bases para a compreensão da concepção de educação do MST. Caldart (2014), com atuação na Educação do MST, adverte sobre o papel das pesquisas para a transformação da realidade:

No plano do trabalho educativo, nossas investigações precisam ir além da afirmação genérica sobre a importância da apropriação da ciência pelos trabalhadores: que ciência precisa ser apropriada e de que forma se garante uma apropriação que permite produzir o conhecimento necessário para transformar a realidade. (CALDART, 2014, p. 160).

Em Caldart (2012a, p. 346) vemos que dentre as suas matrizes pedagógicas se encontra a chamada “Pedagogia da organização coletiva”, que remete à realização de uma ação. Tal concepção pedagógica do MST perfaz trajetória intrínseca com uma das fases da Educação Popular no Brasil. Brandão (2012), para além da menção ao trabalho coletivo, nos reporta ao trabalho político desenvolvido com as classes populares por meio da

Educação Popular, em que para a construção do conhecimento se deve considerar o conhecimento dos sujeitos e não depender da erudição do educador.

A proposta educativa do MST não é exclusivamente endógena, contemplando “[...] outras comunidades do meio rural” (KNIJNIK, 1997, p. 267). Inclusive, na pandemia da Covid-19, houve formações abertas, ampliando-se o público por meio de modalidade remota de ensino<sup>6</sup>.

Os materiais educativos publicados, segundo Knijnik (1997, p. 268) “[...] têm extrapolado as fronteiras do Movimento, como pode ser constatado, por exemplo, pela necessidade de reedição de seus Cadernos de Educação [...]”. Para a autora supracitada esse trabalho educativo do movimento representa discussão acerca da Educação Popular, que para nós tem desdobramentos na EAC, especialmente às pessoas das periferias e do campo.

Um dos desafios importantes para a educação do MST quanto ao método organizativo, de acordo com o Boletim da Educação nº 12 (MST, 2014a), é a ruptura com o chamado setorismo, uma vez que o envolvimento com os afazeres pertinentes deve ser de todos os membros do movimento e permanente. Logo, discute-se a relação de dependência para com o Setor de Educação do MST.

Ainda que os trabalhos tenham ramificações internas para que as tarefas sejam divididas por áreas/setores/coordenações, a coesão e a organicidade do todo são imprescindíveis ao engajamento no/do movimento nas missões a serem cumpridas pela coletividade, ambas consistindo em contribuições aos programas e projetos da EAC a serem trabalhados com as comunidades.

---

6 Cf.: <https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/inicio>

Em linhas gerais, nesta seção não assumimos a pretensão de traçar a historicidade dos movimentos sociais e especialmente do MST. Buscamos, sim, contextualizar que diante dos desafios da realidade e da dinâmica do referido movimento a sua coordenação conta com pilares estruturantes e relacionados: organização e formação, tendo como essência pedagógica a Educação Popular.

### **As bases organizativas e o viés pedagógico a partir dos materiais formativos do MST: luz para os caminhos da EAC**

Ao analisarmos variadas publicações relacionadas ou veiculadas ao/pelo MST, especialmente os materiais formativos, não apenas advindos do Setor de Formação, percebemos a atenção ao que consideramos as bases organizativas. Não por acaso o Caderno de Formação nº 11 do MST (MORAIS, 2015) inicia com “Origens da Organização do Trabalho” (p. 09). Discute-se a consciência organizativa de grupo e os vícios do trabalho, tais como as seguintes tipologias: individualismo, comodismo e radicalismo.

No Caderno de Debates nº 1 do MST (2009) são apresentados 04 desafios (p. 05 e 06): 1. Massificação; 2. Formação Política; 3. Método de Direção; 4. Organização, que traz o seguinte entendimento:

[...] a luta pela Reforma Agrária hoje é um processo de acúmulo de forças, passa pelo desafio de qualificar a organização dos nossos assentamentos. Caso contrário, a nossa luta e as nossas conquistas não ultrapassarão as fronteiras da luta pela terra (MST, 2009, p. 06).

O referido Caderno (MST, 2009) ainda faz alusão à articulação das lutas populares, da organicidade do assentamento

para integração e da organização política em prol da Reforma Agrária Popular.

Como parte do método do MST ou das “linhas de ação”, o Caderno de Estudo “Como construir a Reforma Agrária Popular em nossos assentamentos” (MST, 2014b) trata nas três últimas seções da política para: 1) participação da juventude enquanto renovação do movimento, estratégia de formação e divulgação das ações; 2) participação da mulher na Reforma Agrária, com destaque para o estímulo à produção e combate à violência; 3) estabelecimento de uma comunicação com a sociedade para o conhecimento da proposta de Reforma Agrária Popular.

Na cartilha “Programa Agrário do MST”, o seu “espírito” pode ser resumido na “Proposta de um Programa de Reforma Agrária Popular” (2015, p. 39), alertando-se para a necessidade de fortalecimento da organização, de qualificação das lutas e definição de alianças.

No Caderno de Formação n° 35 do MST, intitulado: “Método de Organização”, Bogo (2000) trabalha a ideia, enquanto método de direção, da ocupação planejada dos espaços políticos, aproveitando-se as oportunidades históricas para a transformação.

Talvez o mais completo ou denso material do MST analisado para este texto seja o Caderno de Formação n° 38, “Método de trabalho de base e organização popular”, destacando-se questões relativas à metodologia e à organização popular com Ranulfo Peloso e o trabalho de base com Ademar Bogo.

Para Peloso (2009, p. 13) o direito à fala e o “saber ouvir” são princípios, significam respeito; inclusive, se deve falar com a

comunidade e não para a comunidade, representando a abertura do diálogo, partindo-se do nível de compreensão da massa.

Quanto à organização popular, Peloso (2009, p. 58) adverte “[...] que a luta transformadora só será feita por ações conscientes e organizadas que visem vencer a opressão. O *estudo* e as *reuniões* servem para avaliar o já feito e *preparar* o povo para ações maiores”.

Conforme o autor supracitado, a reclamação se difere de reivindicação, com a mobilização as forças são acumuladas e a resistência, como “[...] um passo da luta consciente e organizada [...] rompe o sentimento da impotência e inicia a superação da consciência ingênua que só ataca os efeitos dos problemas” (PELOSO, 2009, p. 58).

No mesmo Caderno, Bogo (2009a<sup>7</sup>, p. 122) afirma que na organização e na formação da consciência realiza-se o trabalho de base. Para o autor há uma proporcionalidade entre o nível de consciência e a necessidade do conhecimento, envolvendo capacidade de análise.

Bogo (2009a, p. 125) considera que os planos de formação devem ser relativizados devido à dogmatização e alerta a respeito da adequação de conteúdos e métodos em relação ao público, bem como da importância dos temas de acordo com o momento. Para Bogo (2009a, p. 126) “[...] formar é como cultivar. Então a formação não pode confundir-se com apenas cursos”. Analogamente, na EAC a preocupação com o processo pedagógico vai além da típica da relação forma/contéudo nas oficinas e demais atividades de mediação dialogada.

---

7 Conforme nota, o texto original do autor é de novembro de 2001.

A formação, portanto, requer mais do que um conjunto de conteúdos, não obstante a preocupação com a qualificação dos militantes pelo movimento. Para Bogo (2009a, p. 126) “a boa formação depende do preparo e da compreensão dos formadores [...] que [...] devem entender de sensibilidade e serem altamente generosos com aqueles que ignoram por não conhecer”.

Com intuito de melhorar a convivência e para multiplicação da base por meio das atividades de coordenação, o MST ponderou sobre a vez das reuniões em núcleos em relação às assembleias (BOGO, 2009a). Finaliza o autor associando mudança e dinamismo. Em certo sentido, um movimento social com dinamismo pode ser uma condição de vivacidade e agilidade para a correção de rumos e ao enfrentamento de problemas organizativos cumulativos.

Ainda no Caderno de Formação nº 38, Pizetta (2009<sup>8</sup>) coloca que a organização é mais relevante do que o indivíduo. Por isso, o autor indica o cuidado de identificar problemas e superá-los, estudá-los para o estabelecimento de procedimentos, adotar vigilância, desenvolver virtudes, praticar a disciplina consciente e implementar tanto o planejamento quanto os princípios organizativos.

A partir da análise da cartilha “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” (2016), buscamos expor determinados aspectos de dois pontos que se repetem (os primeiros), presentes como “Princípios Organizativos das Instâncias” (p. 30) e posteriormente no item “Método de Direção Política” (p. 43), denotando serem imprescindíveis à organicidade interna do movimento: a) “Direção Coletiva”, no que tange no primeiro caso ao

---

8 De acordo com nota, o texto foi preparado no ano 2000.

consenso político e, mais à frente, às comissões coletivas colegiadas; b) “Divisão de Tarefas”, com valorização da participação coletiva “[...] evitando a centralização e o personalismo” (p. 30) e dando “[...] responsabilidade individual pelas tarefas e funções” (p. 43).

Já caminhando para fechar esse conjunto de ideias, decidimos incluir outro princípio que consta no citado item, intitulado “Vinculação permanente com as massas” (p. 45), significando vínculos e envolvimento com o povo, podendo ser “traduzido” ou representado na EAC pelo cultivo dos laços com os sujeitos da ação educativa, empatia, e continuidade das ações com os participantes dos projetos pertinentes, que podem ter recortes específicos como pescadores(as) e jovens ou público diversificado, a exemplo do PEA-TP.

Por outro prisma, cuja inspiração à EAC tange mais ao conteúdo do que à forma/organização, Pereira (2020), na publicação do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST intitulada: “Cadernos de Agroecologia, Vol. 1”, chama a nossa atenção com a crítica contundente acerca do projeto hegemônico quanto ao controle dos recursos naturais e dos impactos provocados pelos grandes grupos econômicos, ressaltando o âmbito social da degradação pelo viés da exploração e da precarização do trabalho, que se converte em commodities.

A questão do meio ambiente e os diversos problemas que hoje existem não decorrem de meras ações isoladas, de pessoas inconsequentes. Se trata de uma ação sistemática de espoliação da natureza e do próprio ser humano, intrínseca ao Modo de Produção Capitalista. (PEREIRA, 2020, p. 12).

O autor supracitado, tecendo “breves considerações sobre a superação da atual crise ambiental” (2020, p. 16), trata do aprofundamento das contradições ambientais, mencionando tanto os impactos ao meio físico quanto as suas consequências sociais, a exemplo do processo migratório. Problematiza a sustentabilidade no capitalismo, que constrói narrativas e propõe falsas soluções.

Tal posição apresenta correspondências com a EAC quando articulada junto às comunidades tradicionais e aos movimentos sociais. Todavia, como coloca Pereira (2020, p. 17) no capítulo 1 deste material, além de ser “[...] fundamental apontar o caminho contra hegemônico”, indica-se a ruptura radical para com o modelo de exploração (capitalista).

No segundo capítulo, intitulado: “O MST e o cuidado dos bens comuns”, Pereira (2020) enfatiza que na trajetória do movimento há o zelo pelo meio ambiente e os recursos naturais, reconhecendo a importância da sabedoria do campesinato na relação cuidadosa com os elementos da natureza. O MST, inclusive, tem como um dos compromissos “fortalecer a educação do campo como processo de articulação entre os saberes tradicionais e científicos para construção de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação da sociedade” (PEREIRA, 2020, p. 24).

O Vol. 2 (2022) da publicação “Cadernos de Agroecologia” do MST, além do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, também é organizado pelo Setor de Educação, bem como pelo Setor de Formação e Coletivo de Cultura. Nessa produção coletiva, estruturada principalmente em 4 encontros, o primeiro é mais conjuntural e nos remete ao uso ideológico pela elite da educação ambiental com instrumentos sofisticados e soluções socialmente

inócuas, alertando-nos para as classes numa perspectiva popular da questão ou diríamos da crise ambiental, tocando em pontos sensíveis à transformação da realidade, tais como: defesa dos territórios e novas relações humanas. No início de cada encontro há previsão da realização de uma mística de abertura, assaz interessante para o acolhimento das pessoas e aos estudos sobre organicidade, coletividade e resistência.

Nesse compêndio para a nossa reflexão não poderia faltar na alusão às contribuições do MST para com a EAC a proposta da mística, uma vertente simbólica ora complementar ora inerente pertinente à formação que corrobora sobremaneira à organicidade e à continuidade dos esforços coletivos. No Caderno de Formação nº 06 do MST, Bogo (2009b<sup>9</sup>, p. 67) destaca que a mística move o lutador social à realização da transformação. Para explicá-la bem sucintamente, recorreremos ao mesmo autor em outra publicação (2012, p. 473):

[...] pode-se compreender que a mística, em suas manifestações subjetivas, ultrapassa o espectro do sagrado e introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro.

A mística é bastante utilizada em eventos da agroecologia e da Educação do Campo, pois prepara o ambiente para as atividades formativas, geralmente engendra efeitos pedagógicos, envolvendo memória e cultura, robustecendo o ímpeto dos sujeitos para os desafios contra-hegemônicos.

Diante de um cenário cuja correlação de forças é assimétrica, os signos representativos são elementos de

---

9 De acordo com nota da publicação (BOGO, 2009b) o texto é de 1999.

confirmação da lealdade e de encorajamento. Há o resgate das conquistas de outrora, enquanto historicidade das lutas e conquistas sociais, assim como o exercício da memória das marchas e por vezes a lembrança de vidas ceifadas na luta.

A “Marcha Nacional pela Reforma Agrária” do MST<sup>10</sup> até Brasília, no ano de 2005, se configurou em estratégia cujo método de realização já cumpria uma finalidade e seus propósitos eram maiores do que a reivindicação pelo assentamento de famílias. Houve demonstração da força de mobilização, disposição e organização do movimento, tanto que o engajamento da militância sensibilizou o governo para o agendamento de políticas sociais.

Guimarães (2013) expõe que, nos tempos da redemocratização dos anos 1980, a EA acontecia informalmente por meio das ações militantes. Sobre a EA nesse período, Trein (2012, p. 303) considera que “por ter sua origem no campo ambiental e no âmbito dos movimentos sociais a articulação com o campo educacional se deu de forma gradual.”

Por outro lado, o movimento ambientalista ganhava cada vez mais expressão e sua militância projetava o reconhecimento da EA no país. O fato de ter sido contemplada na Constituição de 1988, segundo Guimarães (2013), favoreceu a sua institucionalização. Acreditamos que a atmosfera de circulação dos ideais ambientalistas provocou uma sensibilização para incorporação de leis específicas. No entanto, adverte o autor, mesmo ampliando a sua presença na sociedade não houve uma correspondência proporcional aos problemas da crise socioambiental.

---

10 Cf.: <https://mst.org.br/2005/05/20/marcha-nacional-pela-reforma-agraria-2/>

A questão que se impõe à compreensão desse paradoxo para Guimarães (2013) tange à dimensão do projeto educacional; dependendo da escolha do modelo de sociedade teremos uma concepção de educação ambiental conservadora ou crítica. Já Trein (2012), nos provoca a reflexão sobre a disputa de projetos societários no capitalismo em seu texto, tendo em vista a leitura crítica para explicitar as relações sociais.

Inspirados no autor supracitado (GUIMARÃES, 2013) percebemos que os educadores ambientais precisam romper com a armadilha paradigmática de reproduzir a realidade da racionalidade hegemônica e, então, fundamentar a práxis pedagógica com teorias e metodologias que promovam a reflexão e a ação.

A definição da fundamentação teórico-metodológica é assaz relevante para a estruturação da racionalidade formativa de qualquer grupo ou coletivo. Embora as conjunturas políticas possam influenciar nas expectativas individuais e coletivas, a coerência nos processos formativos de organização do MST e de coordenação dos projetos de EAC corrobora evitando frustrações e ajudando na fruição do conhecimento, em diferentes perspectivas.

Pensamos que a EAC tem se consolidado cada vez mais também pela capacidade de diálogo e contextualização do conhecimento, agregando diversos saberes acadêmicos e populares, o que propicia a ampliação de seu escopo social e político.

O conhecimento torna-se imprescindível às mudanças políticas e sociais substanciais neste país. A Educação Popular, nesse sentido, seria a amálgama dos “ingredientes” cívicos e o

alicerce da popularização do conhecimento em prol do poder emanado do povo, conforme a Constituição Cidadã.

### **Considerações finais**

No processo de redemocratização do Brasil e ascensão dos movimentos sociais a Educação Popular se fazia presente frente aos interesses da elite, consistindo em um dos mais importantes contrapontos à desigualdade social e às diversas dimensões da exclusão em favor da cidadania. O legado metodológico da Educação Popular permaneceu vivo nos movimentos sociais e parte foi incorporado pela EAC.

O MST, por exemplo, vem desenvolvendo nos seus processos educativos e princípios organizativos as metodologias da Educação Popular. Hodierno, uma das frentes mais auspiciosas de intercessão de conteúdos e aproximação (formação/organização) da Educação Popular no MST para com a EAC é a perspectiva agroecológica, fundamental à Educação do Campo.

Há imanência entre formação e organização em diversas publicações do movimento. Normalmente, as experiências e/ou os desafios da coletividade são considerados e a realidade dos sujeitos da ação educativa é bem colocada.

Ao analisarmos alguns dos materiais do MST, a nossa percepção geral, panorâmica, é de que a organização e a organicidade devem caminhar juntas. Nas intenções expressas diretamente ou meio que tácitas em determinados trechos ou até mesmo na associação dos achados entre diferentes materiais é possível apreender tônicas relativas à longanimidade, às interferências políticas (o movimento é teoricamente apartidário),

ao trabalho de base e à consciência para ações estratégicas dos membros ativos do movimento. Parece-nos uma questão significativa a preocupação com a qualidade na formação na/para organização das atividades coletivas. Cardart (2012a, p. 320), refere-se ao MST na perspectiva do “sujeito pedagógico”, tratando-se da formação humana de uma coletividade em movimento.

Há correspondências entre as metodologias do MST e da Educação Ambiental Crítica (EAC), pois ambas têm potencial de fortalecer as ações educativas coletivas pelo viés cívico, se preocupam com o protagonismo das pessoas, a produção de materiais didáticos temáticos, os “organogramas”, a coordenação dos fluxos de informações e com as dinâmicas de participação.

Na EAC, no âmbito da gestão pública, o dinamismo é fundamental; orienta-se a não repetir demasiadamente ou sobrepor ações, concebendo-se a articulação de atividades, por exemplo, o que também contribui para evitar a desmotivação e a desmobilização das participações voluntárias.

Quanto à organização, o MST vem tecendo redes por afinidades e necessidades com coletividades congêneres. Percebemos a grande possibilidade do diálogo para com a EAC, pois no campo são reveladas projeções comuns e diferenciadas, com complementaridades significativas nas bases epistemológicas, nos processos pedagógicos, nas experiências de vida e nas “lutas” cotidianas, contribuindo. Enfim, que ambas contribuam, com fulcro na Educação Popular, para as vindouras jornadas em prol projeção societária contra-hegemônica.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Carlos. Princípios Educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais em Terra. *In*: \_\_\_\_\_. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiá, Paco Editorial, 2016.

BOGO, Ademar. Trabalho de base e abrangência do método. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 35. **Método de Organização**. Construindo de um novo jeito. Setor de Formação. Novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. O papel da transformação no trabalho de base. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 38. **Método de trabalho de base e organização popular**. Setor de Formação do MST. 1ª edição, 2009a. p. 121-130.

\_\_\_\_\_. Valores que deve cultivar um lutador do povo. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 06. **Valores de uma práxis militante**. Escola Nacional Florestan Fernandes, 1ª edição, outubro de 2009b. p. 49-72.

\_\_\_\_\_. Mística. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 473-477.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

CALDART, Roseli Salete. O movimento social como sujeito pedagógico. *In*: CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 319-409.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Movimento. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b. p. 546-553.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma da produção científica. *In*: CALDART, Roseli Salete; Alentejano, Paulo. (Orgs.). **MST, Universidade e Pesquisa**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137-169.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Outra ecologia é possível: a ecologia do movimento ecológico. *In*: \_\_\_\_\_. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 43-62.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). *In*: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, nº 15, 2000. p. 59-85. Disponível em: [https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TL\\_N15.pdf](https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TL_N15.pdf). Acesso em: 06 de setembro de 2021.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **OSAL - Observatorio Social de América Latina**. Año VI, nº 16, 2005. p. 273-283. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310111117/osal16.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma Educação Ambiental Crítica na sociedade atual. **Margens: Revista Interdisciplinar**, Vol. 7, nº 9, 2013. p. 11-22. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767/2898>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Editora Vozes Ltda.; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Petrópolis, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano 9, n° 17, 2007. p. 19-45. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

KNIJNIK, Gelsa. A contribuição do MST para a educação popular: o novo na luta pela terra. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 263-270.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. *In*: \_\_\_\_\_. (Coord.). **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolf. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-64.

LEROY, Jean-Pierre; PACHECO, Tania. Dilemas de uma educação em tempo de crise. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 30-71.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-103.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da Educação Ambiental: retomando o debate. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-66.

MORAIS, Clodomir Santos de. Caderno de Formação n° 11. **Elementos sobre a Teoria da Organização do Campo**. MST/ SPCMA. Secretaria Nacional. 2ª edição. São Paulo, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Debates n° 1. **Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto**. Outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Boletim da Educação nº 12. Edição Especial. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. **Textos para estudo e debate - Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** 1ª edição. São Paulo - Dezembro de 2014a.

\_\_\_\_\_. **Como construir a Reforma Agrária Popular em nossos assentamentos.** Coordenação Nacional do MST. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. São Paulo. Outubro de 2014b.

\_\_\_\_\_. **Programa Agrário do MST** - Texto em construção para o VI Congresso Nacional. VI Congresso Nacional do MST. 4ª edição. Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST.** Edição revisada e ampliada. Janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Cadernos de Agroecologia, Vol. 2. **Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis**, 2022. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Setor de Educação, Setor de Formação, Coletivo de Cultura. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-agroecologia-vol-02/>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

PELOSO, Ranulfo. Sobre a Metodologia Popular: Princípios do trabalho popular. *In:* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 38. **Método de trabalho de base e organização popular.** Setor de Formação do MST. 1ª edição, 2009. p. 11-21.

\_\_\_\_\_. A Luta e a Organização Popular. *In:* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 38. **Método de trabalho de base e organização popular.** Setor de Formação do MST. 1ª edição, 2009. p. 53-65.

PEREIRA, Daniel. Modo de produção capitalista e meio ambiente. *In:* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Cadernos de Agroecologia, Vol. 1. **Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis**, 2020. p. 10-17. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Disponível em: <https://mst.org.br/download/cadernos-de-agroecologia-vol-1-2020/>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. O MST e o cuidado dos bens comuns. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Cadernos de Agroecologia, Vol. 1. **Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis**, 2020. p. 18-25. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Disponível em: <https://mst.org.br/download/cadernos-de-agroecologia-vol-1-2020/>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. M. O conteúdo do trabalho. As formas de organização. *In*:\_\_\_\_\_. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução Luiz Carlos de Freitas. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 247-259.

PIZETTA, Adelar João. Os vícios e desvios político-organizativos: origens, implicações e mecanismos para combatê-los. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 38. **Método de trabalho de base e organização popular**. Setor de Formação do MST. 1ª edição, 2009. p. 131-148.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **OSAL - Observatorio Social de América Latina**. Año VI, nº 16, 2005. p. 23-34. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310111117/osal16.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2021.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas espaciais. *In*: \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 235-260.

\_\_\_\_\_. Ambiente e território, dois conceitos cruciais. *In*: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. p. 35-96.

TREIN, Eunice Schilling. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, Vol. 7, nº 14,

agosto/dezembro de 2012 p 295-308. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673/1522>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

Submetido em: 19 de abril de 2022.

Devolvido para revisão em: 21 de setembro de 2022.

Aprovado em: 05 de dezembro de 2022.

**Como citar este artigo:**

DA COSTA CAETANO, R. PANORAMA DA ORGANIZAÇÃO DO MST POR MEIO DE MATERIAIS FORMATIVOS: REFLEXÕES À PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA. **Terra Livre**, ano.37, V.1, n.58, 2022, p.442- 469. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2272>.